

**HABEAS CORPUS Nº 493.514 - SC (2019/0043111-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**LEONARDO GASEL DINIZ DE FIGUEIREDO - SC031841**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : EDMAR MEDEIROS NOGUEIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDMAR MEDEIROS NOGUEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no HC n.º 4000169-12.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II e § 2.º-A, inciso I, do Código Penal, por 5 (cinco) vezes.

A denúncia foi recebida em 17/08/2018 e, na mesma ocasião, foi decretada a prisão preventiva do Acusado, sendo cumprido o respectivo mandado em 20/08/2018.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, alega a Parte Impetrante, em síntese, a existência de excesso de prazo na formação da culpa, sem que a Defesa tenha contribuído para tal atraso.

Requer, em liminar e no mérito, seja relaxada a prisão do Paciente.

É o relatório.

Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou a Corte de origem, *in verbis* (fl. 211):

*"Entretanto, em cognição sumária, própria da via estreita do habeas corpus, não desponta o excesso de prazo suscitado. A uma, porque as audiências estão sendo realizadas em um curto espaço de tempo. E, a duas, porque a instrução iniciada em 17 de agosto de 2018 está transcorrendo em prazo condizente com a complexidade moderada*

*do caso processado (roubo à mão armada contra diversas vítimas).*

***Esse cenário revela que, em um lapso pouco superior a 5 (cinco) meses, o processo já caminha para o seu fim, não havendo falar, portanto, em anormalidade ou demora exacerbada.***" (Sem grifos no original)

Ademais, a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto" (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância para que preste esclarecimentos pormenorizados acerca da tramitação do processo-crime e sobre a alegação de demora para a formação da culpa, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora